

# **Governar em Ditadura**

**Elites e decisão política  
nas ditaduras  
da era do fascismo**

**António Costa Pinto**  
(organizador)

**ICS** Imprensa  
de Ciências  
Sociais

## Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais  
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 Lisboa – Portugal  
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

[www.ics.ul.pt/imprensa](http://www.ics.ul.pt/imprensa)  
E-mail: [imprensa@ics.ul.pt](mailto:imprensa@ics.ul.pt)

*Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação*  
Governar em ditadura : elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo / António  
Costa Pinto (organizador). - Lisboa : ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.  
- 250 p. ; 23 cm  
ISBN 978-972-671-297-8  
Elites políticas / Estado Novo / Fascismo / Propaganda política / Ditadura  
I. Pinto, António Costa, 1953-  
CDU 321.6



*Capa e concepção gráfica:* João Segurado  
*Revisão:* Soares de Almeida  
*Impressão e acabamento:* Gráfica Manuel Barbosa & Filhos  
*Depósito legal:* 346719/12  
*1.ª edição:* Julho de 2012

Nuno Estêvão Ferreira  
Rita Almeida de Carvalho  
António Costa Pinto

## Capítulo 5

# O «império do professor»: a elite ministerial de Salazar, 1932-1944

O colapso da I República Portuguesa (1910-1926) teve lugar durante a vaga de crises dos regimes democráticos europeus do pós-Primeira Guerra Mundial e foi provocado por uma coligação heterogénea de militares e civis conservadores, e não por um movimento fascista (Pinto 2002). Predominantemente republicanos de direita, os generais que dominaram a ditadura militar criada após o golpe de 1926 procuraram o apoio de elementos conservadores e das elites católicas para a criação dos primeiros governos ditatoriais. Não obstante, os militares mantiveram o controlo da maioria das pastas ministeriais e dos cargos da administração local até 1932. Sucessivas crises políticas e financeiras forçaram-nos a negociar com as elites civis vários pactos para a institucionalização de um novo regime.

Liderado por Oliveira Salazar, um jovem professor universitário com ligações ao Centro Católico e que se tornou ministro das Finanças em 1928, o Estado Novo português consolidou-se durante a década de 30 (Pinto 1996; Lucena 2000). O partido único, a União Nacional (UN), criado pelo Ministério do Interior em 1930, era fraco e, inicialmente, controlado pelo governo, sob a forte liderança de Salazar (Cruz 1988). Beneficiando de uma nova constituição, produto de um compromisso entre corporativismo e liberalismo e aprovada por plebiscito em 1933, Salazar criou o partido único a partir de cima, garantindo que permaneceria fraco e elitista desde a sua fundação. À União Nacional não foi atribuído um papel predominante sobre o governo ou a administração, mas fundamentalmente uma função de controlo político local ou de instrumento para a selecção dos membros da Câmara dos Deputados, permiti-

tindo a legitimação de «eleições não competitivas», que foram realizadas sempre com grande regularidade (Schmitter 1999, 71 e 102).

A principal característica dos ministros do Estado Novo reside na pertença a uma elite política restrita e burocrática proveniente das fileiras mais elevadas das forças armadas, da administração pública e das universidades onde as profissões ligadas ao Direito se encontravam fortemente representadas. Fraco e dependente, o partido único de Salazar foi um elemento pouco relevante na decisão política e no processo de selecção da elite ministerial. O presente capítulo analisa a composição e os modos de recrutamento da elite ministerial de Salazar durante a época dos fascismos.

## Salazar e os seus ministros

Em 1932, o Presidente da República, general Carmona, nomeou Salazar como presidente do Conselho. Em 1944 ocorreu uma das mais profundas remodelações governamentais do Estado Novo, tendo sido nomeados oito novos ministros, num gabinete composto por dez elementos, que prepararam o regime para enfrentar o novo quadro internacional do pós-guerra. Entre 1932 e 1944, 30 ministros serviram os governos de Salazar, incluindo o próprio ditador, que chegou a acumular a chefia do governo com a tutela das pastas das Finanças, da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. Ainda que a título interino nos dois últimos ministérios, permaneceria em funções por um largo período de tempo.

Em Julho de 1932, Salazar escolheu os ministros que com ele iriam colaborar na criação das instituições políticas do novo regime político. Em Maio fora já publicado o novo projecto constitucional, com a Constituição Política a ser aprovada num plebiscito realizado no ano seguinte (Araújo 2004). Com a introdução da nova constituição, que representou o fim da I República e sinalizou a transição formal entre a ditadura militar (1926-1933) e o Estado Novo (1933-1974), Salazar apresentou a sua demissão e, de seguida, formou um novo executivo, que incluía somente três dos dez ministros que tinham estado em funções no governo do general Domingos de Oliveira (1930-1932). Em Abril de 1933 as novas nomeações foram reduzidas comparativamente às que tinham sido efectuadas no primeiro executivo de Salazar (Julho de 1932). Com a nova constituição ocorreria, portanto, uma pequena remodelação. A transição da ditadura militar para o Estado Novo tinha sido iniciada de facto em Julho de 1932, quando Salazar tomara posse como presidente do Conselho, o que justifica a periodização aqui adoptada.

Salazar foi, acima de tudo, um mestre na manipulação de uma legitimidade racional-legal pervertida, com escassa utilização de recursos camuflados que ultrapassassem a mediação burocrática entre a sua figura e a «nação» (Pinto, Eatwell e Larsen 2007).

As origens militares do regime conferiram a Salazar uma dependência formal do Presidente da República, Óscar Carmona, legitimado em eleições directas realizadas em 1928 e que manteve sempre a faculdade de demitir o chefe do governo. Durante a consolidação do Estado Novo, Salazar teve em Carmona um aliado, o que não invalidou a existência de tensões entre os dois, particularmente em questões relacionadas com as forças armadas.

Auxiliado por uma administração centralizada, por um aparelho de Estado pesado e por uma pequena elite administrativa qualificada, proveniente de um sistema universitário altamente elitista, Salazar concentrou grande parte da decisão política na sua pessoa (Martins 1998, 105-112; Pinto 2001; Meneses 2010). Frio e distante dos seus ministros e apoiantes, cultivando um reduzido círculo de «conselheiros políticos», Salazar imprimiu à gestão governamental e política um estilo próprio, cuja primeira característica era uma quase obsessiva minúcia informativa centralizadora de tipo generalista. Ao contrário dos ditadores que concentravam as áreas centrais na sua pessoa, no geral a política externa, segurança interna e forças armadas, Salazar acrescia a estas, pelo menos na fase em análise, a concentração da decisão sobre as áreas mais «técnicas».

Alguns destes traços afirmaram-se desde a sua tomada de posse como ministro das Finanças, ainda no período da ditadura militar, nomeadamente no campo do orçamento e das contas gerais do Estado. Uma vez presidente do Conselho, o seu visto atento estendeu-se praticamente a toda a produção legislativa, muito para além das necessidades de controlo comuns a outros sistemas políticos ditatoriais. Apesar de se rodear de ministros com uma forte competência específica, Salazar não lhes dava grande margem de decisão autónoma. Por outro lado, o grau de informação a que este tinha acesso, mesmo de escalões hierárquicos abaixo do nível ministerial, era muito significativo. Como se referiu anteriormente, a concentração de poder na sua pessoa é evidente na acumulação formal de pastas. Salazar foi ministro das Finanças entre 1928 e 1940, sendo ainda titular do Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 1936 e 1947 e, para garantir o controlo sobre os militares, do Ministério da Guerra entre 1936 e 1944 (Faria 2001).

Assim, a história das relações entre Salazar e os seus ministros durante o período em questão é marcada pela concentração da decisão política

na pessoa do ditador e pela redução da independência dos ministros e do Presidente da República. Uma das primeiras manifestações deste processo foi a rápida eliminação da colegialidade do Conselho de Ministros. No salazarismo, o poder executivo foi dividido entre o presidente do Conselho e os seus ministros, mas a extensão da autoridade dos segundos foi claramente limitada. Fosse para evitar ser ultrapassado pelos seus ministros ou a fim de proporcionar uma «maior solenidade», algumas decisões foram legalmente reservadas ao Conselho de Ministros. No entanto, o chefe do governo realizou muito poucas reuniões de gabinete e «começou, usando uma delegação tácita, a despachar todos os processos como se tivessem ido a Conselho, mesmo aqueles cuja resolução tinha alcance político e projecção na opinião» (Caetano 1977, 187).

Neste quadro, existiram algumas excepções. Manuel Rodrigues Júnior, ministro da Justiça entre 1932 e 1940, trabalhou com uma elevada autonomia. O mesmo se pode dizer de Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas entre 1932 e 1945, a quem Salazar reconhecia qualidades suficientes para abdicar da sua tendência para interferir na gestão dos ministérios. Estas qualidades traduziam-se numa «intensa felicidade de criar», um enorme «poder de resolução», uma «vontade de ferro» e uma «rara compleição intelectual» – expressões utilizadas por Salazar num discurso que proferiu na Assembleia Nacional em 25 de Novembro de 1943, após a morte desse ministro, num acidente de automóvel. O grau de confiança pessoal de Salazar nos membros do seu governo parece ter sido o factor determinante para a autonomia e o poder de decisão concedidos a cada ministro.

Outra característica da sua relação com os ministros era afirmar a legitimação «técnica» das suas funções. As áreas propriamente políticas do regime não foram, no geral, elevadas a ministério e a prática era o despacho directo com Salazar. Tal acontecia, por exemplo, relativamente ao Secretariado de Propaganda Nacional de António Ferro, sendo também de destacar, ainda que por outros factores, o caso das Corporações, sob a direcção de Teotónio Pereira. O discurso oficial de Salazar era o de que, apesar de a «política, como arte humana, [ser] sempre necessária enquanto existirem os homens, o governo [...] será cada vez mais uma função científica e técnica» (Nogueira 1978, 290).

Como regime político, no entanto, importa sublinhar que o *locus* do poder e da decisão política se situou sempre no governo. De facto, era pelo Executivo que a grande maioria da decisão passava. Mais, na prática, a decisão política esteve sempre centrada no ditador e na relação entre este e os seus ministros. Em vários regimes ditatoriais o governo e a pró-

pria administração foram secundarizados em relação ao partido único como sede do poder (Pinto 2009). Em Portugal isso nunca aconteceu, sendo uma administração pública controlada o instrumento fundamental do poder político ditatorial. Quando o Estado Novo criou organizações como a Mocidade Portuguesa, a Obra das Mães para a Educação Nacional e a Legião Portuguesa colocou-as sob o controlo dos Ministérios da Educação e do Interior, respectivamente, e manteve-as sob a dependência destes durante todo o regime (Kuin 1993; Cova e Pinto 2003, 397-405; Rodrigues 1996).

## A elite ministerial

A estabilidade da elite ministerial de Salazar é demonstrada pela duração das suas carreiras. O presidente do Conselho não era favorável a alterações frequentes no elenco governamental. Na sua perspectiva, o período de adaptação a que cada ministro estava sujeito era susceptível de introduzir elementos de ineficiência nos serviços. Constatou-se também que a base de recrutamento governamental não era muito alargada. De acordo com Marcelo Caetano, Salazar «conhecia poucas pessoas e, não querendo recorrer aos antigos políticos nem abusar do recrutamento entre militares, ficava a dispor apenas de um número reduzido de homens experientes, porque a maioria dos partidários da nova ordem era formada por jovens» (Caetano 1977, 57-58).

Durante o período de doze anos que aqui se analisa, a estabilidade ministerial foi nitidamente mais elevada em quatro ministérios (Justiça, Finanças, Marinha e Obras Públicas), os quais contaram somente com dois ministros cada um. Em média, esses ministros estiveram em funções durante seis anos (quadro 5.1). No caso das Obras Públicas, nem mesmo a morte do titular da pasta resultou na nomeação imediata de um substituto, tendo sido designado interinamente outro ministro, que desempenhou funções durante cerca de um ano, continuando a obra do seu antecessor.

A razão desta estabilidade reside na confiança pessoal, técnica e política que Salazar mantinha nos homens que ocuparam esses cargos. Embora, globalmente, o tempo médio de permanência em cada pasta tenha correspondido a três anos, muitos permaneceram no cargo durante oito ou mais anos. No caso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o mandato mais longo pertence ao próprio Salazar, que foi ministro desde Novembro de 1936 até Fevereiro de 1947, portanto, mais de uma década e,

Quadro 5.1 – Duração das carreiras ministeriais por pasta (Portugal)

Pasta	T	<1	1-3,9	4-7,9	8+
Interior	4		3		1
Justiça	2			1	1
Finanças	2			1	1
Guerra	4	1	2		1
Marinha	2		1		1
Negócios Estrangeiros	4	1	2	1	
Obras Públicas		2		1	1
Colónias	4	2	1		1
Educação	5	1	2	2	
Comércio, Indústria e Agricultura (1932-1933)	1		1		
Comércio e Indústria (1933-1940)	3		3		
Economia Agricultura (1933-1940)	2		1	1	
Economia (1940-1944)	1			1	
Total (1932-1944)	5		4		1
<i>N</i>	30	5	13	5	7

Fonte: Base de dados ICS sobre a elite fascista (2009).

note-se, a título interino. De tudo isto resulta que as remodelações ministeriais foram muito reduzidas em comparação com o que ocorreu durante a ditadura militar.

Com uma idade média de 44,8 anos, a elite ministerial da primeira fase do Estado Novo pertencia à geração de Salazar. Este facto resulta da permanência entre a elite de ministerial de militares que tinham sido parte activa nos governos da ditadura militar. De facto, se considerarmos apenas os ministros das pastas civis, a idade média dos ministros é ainda menor.

Tendo sido instituído a partir de uma ditadura militar, o regime salazarista pretendeu reduzir a componente militar da elite ministerial. Ainda assim, os militares de carreira mantiveram uma presença significativa no governo (26,7%), principalmente no Ministério das Colónias e nas pastas de cariz militar. Por outro lado, verificou-se o aumento sem precedentes de professores universitários, que chegaram a ser responsáveis por cerca de 40% dos ministérios. Os profissionais liberais, sobretudo advogados, formaram um terceiro grupo significativo. É importante constatar a presença esmagadora de ministros com experiência profissional na administração pública. Ou seja, cerca de 80% dos governantes do Estado Novo foram recrutados no aparelho do Estado.

Quadro 5.2 – Perfil ocupacional dos ministros (em percentagem) (Portugal)\*

Categorias profissionais	%
Militar	26,7
Exército	20,0
Marinha	6,7
Força Aérea	0,0
Magistrado	3,3
Diplomata	3,3
Funcionário público superior	10,0
Funcionário público médio	0,0
Funcionário de instituição corporativa	0,0
Professor universitário	40,0
Professor	0,0
Trabalhador	0,0
Escritor ou jornalista	0,0
Advogado	10,0
Médico	0,0
Engenheiro	0,0
Gestor	0,0
Negociante, industrial ou banqueiro	10,0
Proprietário fundiário ou agricultor	6,7
Político profissional	0,0
Outro	3,3
<i>N</i>	30

\* Profissão anterior à primeira nomeação para o governo. Foi adoptado um registo múltiplo; por essa razão, a soma das percentagens não totaliza 100%.

*N* = número de todos os ministros para este período.

Fonte: Base de dados ICS sobre a elite fascista (2009).

Esse número de professores universitários e, especificamente, de professores de Direito merece, obviamente, uma atenção especial (quadro 5.2). Esta característica do regime de Salazar não se refere especificamente ao período aqui analisado, mas consistiu um aspecto distintivo da elite política de todo o Estado Novo, representando na globalidade 33% (Almeida, Pinto e Bermeo 2003, 25).

A predominância dos licenciados em Direito no seio da elite administrativa e burocrática foi uma característica da Europa continental (Armstrong 1973). Embora não existam estudos disponíveis para a década de 30 do século XX, é provável que os licenciados em Direito ocupassem a maioria dos altos cargos administrativos do Estado nesse período.

O caso português ilustra claramente a tese de Ralf Dahrendorf de que o verdadeiro equivalente continental à *public school* enquanto trampolim

para o poder é o estudo do Direito» (cit. por Martins 1998, 111). As Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e de Lisboa eram já as principais formadoras das elites burocrática e política portuguesas, mas o seu carácter de equivalente português das *grands écoles* francesas reforçou-se notoriamente ao longo do período, fazendo surgir a novidade de o seu corpo docente se transformar, com a emergência do Estado Novo, numa superelite, partilhada entre o sector dirigente do mundo económico, burocrático e político. Porém, durante os anos 30 do século XX existiram outros ministros que eram professores universitários de outras áreas, que não a jurídica.

## Vias de acesso ao governo

O que indicam as funções políticas desempenhadas pela elite ministerial salazarista antes da sua nomeação para o cargo de ministro?

Poucos foram os ministros de Salazar que estiveram politicamente activos durante a I República. Dada a sua juventude, alguns iniciaram a sua actividade política somente após o golpe de 1926 e quase todos eram ideologicamente próximos do conservadorismo republicano, católico e monárquico. Enquanto a dupla qualidade de «católico e monárquico» era partilhada por alguns governantes, a questão fundamental, especialmente por oposição à ditadura militar, foi a redução progressiva no seio da elite ministerial daqueles que tinham sido filiados em partidos republicanos conversadores. Entre estes encontravam-se governantes como Duarte Pacheco, Albino dos Reis, Rafael Duque e Pais de Sousa. Este último, tal como Salazar e Mário de Figueiredo, quando foi nomeado ministro, ainda na ditadura militar, encontrava-se envolvido em organizações católicas. Amigo e colega do ditador desde o período da Universidade de Coimbra, era conhecido pelas suas ideias monárquicas, aliás, tal como Carneiro Pacheco e Costa Leite.

Antigo discípulo de Salazar, a quem sucedeu como ministro das Finanças, Costa Leite gravitava em torno do Movimento Nacional Sindicalista, tal como Eusébio Tamagnini. Da Monarquia Constitucional, abolida em 1910, veio Caeiro da Mata e Linhares de Lima. Efectivamente, à diminuição dos ministros que tinham sido filiados nos partidos conservadores republicanos correspondeu o aumento daqueles que possuíam raízes ideológicas no campo monárquico e, particularmente, dos que haviam sido influenciados durante a juventude pelo Integralismo Lusitano, movimento inspirado na *Action française*. Entre estes últimos casos des-

acam-se Pedro Teotónio Pereira e Marcelo Caetano. Todavia, a existência de monárquicos nos governos do Estado Novo indicava apenas que a lealdade dos ministros a Salazar era superior às suas convicções quanto ao tipo de regime liderado por aquele. A forma de regime nunca constituiu um verdadeiro problema, a não ser após a morte de Óscar Carmona, em 1951 (Cruz 1988, 195-202).

Regista-se ainda um elevado número de ministros sem qualquer filiação anterior e somente uma pequena minoria passara pelo Movimento Nacional Sindicalista de Rolão Preto, proibido em 1934 (Pinto 2000). Os restantes podem ser identificados com uma direita mais pragmática e inorgânica. É o caso de Armindo Monteiro (Oliveira 2000, 56). Sebastião Garcia Ramires é o único ministro com filiação em organizações de interesses, expressando o reduzido nível de representatividade desses grupos no interior do governo. Importante industrial conserveiro, Garcia Ramires conheceu Salazar em 1931, quando, na qualidade de responsável pela Associação Industrial Portuguesa (AIP), acompanhou o então ministro das Finanças ao Algarve, local onde a sua indústria desempenhava um papel muito relevante. No ano seguinte aceitou um convite para participar no governo, sendo responsável pelo início da organização corporativa da economia portuguesa, com especial atenção pelo sector das conservas (Loff 2005).

Como observámos acima, alguns dos responsáveis pelas áreas mais «políticas», como a propaganda (SPN), reportavam directamente a Salazar, enquanto noutros casos certos subsecretários de Estado eram tão ou mais influentes do que os próprios ministros. Dada a conjugação entre uma elite política com elevada competência técnica e algumas instituições, como, por exemplo, as forças armadas, que contavam com oficiais politizados e intervenientes em diferentes organizações políticas do regime (a Assembleia Nacional, a Legião Portuguesa, a União Nacional), o salazarismo apresenta alguns casos de complexa classificação.

Nesta situação encontrava-se o major Santos Costa, autêntico «comissário político» salazarista para as forças armadas desde que foi nomeado subsecretário de Estado, o que coincidiu com o assumir do controlo do Ministério da Guerra pelo próprio Salazar, em 1936. Como oficial subalterno, foi encarregado de supervisionar os militares, sendo também membro activo da União Nacional desde o seu primeiro congresso (Cruz 2004). Igualmente digno de especial atenção neste período é Pedro Teotónio Pereira, o «arquitecto» do sistema corporativo do regime e também subsecretário de Estado.

Apenas 3,3% dos ministros deste período exerceram funções de liderança na Mocidade Portuguesa ou na Legião Portuguesa. Na verdade,

Quadro 5.3 – Cargos políticos desempenhados pelos ministros (em percentagem) (Portugal)\*

Cargos	%
Nenhum	56,7
Presidente de câmara ou vereador municipal	16,7
Prefeito	3,3
Governador colonial	0,0
Parlamentar	16,7
Deputado	16,7
Par ou senador	0,0
Membro da Câmara Corporativa	3,3
Secretário ou subsecretário de Estado	26,7
Membro de gabinete ministerial	0,0
Director-geral de ministério	0,0
Líder local ou nacional do partido único	16,7
Organização de juventude	0,0
Milícia	3,3
Instituições corporativistas para-estatais	3,3
Oficiais do partido	0,0
<i>N</i>	30

\* Ocupação antes da primeira nomeação como ministro. Foi adoptado um registo múltiplo com ministros com diferentes cargos políticos. A soma das percentagens pode não totalizar 100%.

*N* = número de todos os ministros para este período.

Fonte: *Base de dados ICS sobre a elite fascista* (2009).

estas instituições não foram particularmente importantes como vias de acesso ao governo.

O número de ministros que desempenharam o cargo de deputado e tiveram posições de liderança na União Nacional assume a maior importância (quadro 5.3). Porém, a pertença ao partido único nunca foi considerada um pré-requisito para a admissão no governo. Saliente-se também, para estes ministros, o carácter cumulativo com altos cargos da administração pública e do sistema universitário. A participação no partido único era, assim, «de grande ajuda, em combinação com outras qualificações, por exemplo, uma brilhante carreira académica ou administrativa ou uma identificação com grupos de interesses religioso-políticos» (Linz 1976, 184).

O exercício do cargo de subsecretário ou de secretário de Estado constituiu efectivamente uma via privilegiada para o desempenho futuro

de cargos ministeriais. Neste ponto, vale a pena completar com alguma informação qualitativa o que acima se referiu sobre os canais informais de recrutamento para a elite governamental e sobre o papel de alguns dos conselheiros políticos de Salazar. Ao fazê-lo, tentaremos observar tanto os canais de acesso como as qualidades consideradas necessárias para o recrutamento da elite ministerial. Este aspecto é particularmente importante nos regimes autoritários, sem vias claras de acesso, nos quais quem faz o recrutamento e a forma como este é realizado podem ser mais importantes do que algumas das variáveis acima analisadas (Ai Camp 1995, 27).

## Os conselheiros de Salazar

Cada remodelação ministerial, como, aliás, cada renovação da Assembleia Nacional, era precedida de um processo de consulta sobre nomes a indicar. Quase desde o início da sua carreira ministerial, Salazar tinha por hábito recolher as opiniões de um reduzido mas estável núcleo de conselheiros. Muito embora ele tivesse variado ao longo do regime, os mais consultados no período em causa eram «notáveis», como Bissaia Barreto, Mário de Figueiredo, Manuel Rodrigues, Albino dos Reis, José Alberto dos Reis, José Nosolini ou Mário Pais de Sousa. Apesar de sempre distante e prudente, era a este círculo mais ou menos íntimo ou até familiar que Salazar recorria para uma primeira triagem de candidatos. O mesmo acontecia, aliás, com os deputados à Assembleia Nacional, muito embora aqui o papel da UN fosse maior (Carvalho 2002).

Manuel Rodrigues Júnior constitui um exemplo de um membro deste pequeno grupo de conselheiros políticos durante a década de 30 do século XX. Tal como Salazar, Rodrigues Júnior estudou no seminário antes de se tornar aluno e depois professor da Universidade de Coimbra. Também foi apoiante da ditadura militar e membro do Conselho Político Nacional, órgão consultivo criado em 1931 para se manifestar sobre os assuntos administrativos e políticos de interesse para o Estado (Araújo 2005). Colaborou na preparação da Constituição de 1933 e foi líder da União Nacional. Não possuía filiações cívicas, políticas ou religiosas conhecidas (Chorão 2005, 294) e foi nomeado ministro da Justiça no primeiro governo da ditadura militar. Actuou de forma independente e os seus encontros com Salazar destinavam-se, sobretudo, à discussão de matérias de política geral, e não tanto de assuntos relacionados com o Ministério da Justiça, que tutelou entre 1932 e 1940.

Como observámos, para além dos conselheiros políticos de Salazar o Presidente da República também desempenhou um papel importante na escolha dos ministros para as pastas militares. O seu poder de veto foi significativo até Salazar ter assumido o controlo do Ministério da Guerra, em 1936. Assim, embora Salazar tenha escolhido Pais de Sousa e Mesquita Guimarães para o seu primeiro governo, o Presidente da República interveio para aprovar os responsáveis pelos Ministérios da Guerra e da Marinha. Em 1934, Carmona discute com os chefes militares uma tentativa de Salazar substituir Luís Alberto de Oliveira como ministro da Guerra (Nogueira 1977, 231-232). No final, Salazar conseguiu substituí-lo, designando o coronel Passos e Sousa para esse cargo. Próximo de Carmona, a nomeação do republicano conservador Passos e Sousa para o cargo de presidente do Conselho, em 1930, tinha sido vetada por Salazar, ainda ministro das Finanças. No entanto, a posterior nomeação de Passos e Sousa como ministro da Guerra «denotava a necessidade da coabitação salazarista com sectores das forças armadas» (Faria 2001, 62 e 259-260). Mais tarde, já em 1936, o presidente Carmona impediu Salazar de substituir Passos e Sousa, embora tenha sido uma vitória de curta duração para o chefe de Estado, uma vez que o presidente do Conselho viria, naquele mesmo ano, a utilizar a situação internacional (eclosão da Guerra Civil de Espanha) para interinamente assumir o Ministério da Guerra, onde permaneceu até ao fim da Segunda Guerra Mundial.

## Observações finais

A elite ministerial do salazarismo pertenceu a uma mesma geração, foi em grande parte composta por professores universitários e caracterizou-se pela permanência em funções por largos períodos de tempo. Não existiu mobilidade entre as pastas. Os membros dessa elite não eram particularmente «políticos», embora expressassem valores conservadores e autoritários. O partido único de Salazar, organicamente fraco e dependente, nunca foi um elemento importante, quer para o processo de decisão política, quer para a selecção da elite ministerial. A principal função do partido foi seleccionar os líderes locais e a elite parlamentar, mantendo-se pequeno e desprovido de organizações de mobilização (Carvalho 2001; Castilho 2001; Fernandes 2001). Em suma, não só não se verificou uma tensão entre a União Nacional de Salazar e o Estado, como nem o sistema ditatorial nem o processo de decisão política e os processos de implementação do regime foram ameaçados pela existência

de instituições políticas autónomas directamente subordinadas ao ditador.

Por outro lado, muito embora a coligação que derrubou a República liberal incluísse um número significativo e diferenciado de «famílias políticas», algumas das quais excluídas da construção do salazarismo, é difícil falar delas enquanto actores no processo de decisão na ditadura se lhes dermos a conotação habitual de estruturação mínima, como no caso do franquismo. Utilizando uma definição minimalista: núcleos formais e informais de pressão política no interior da ditadura reconhecidos como «tendências», duas «famílias» emergiram, por vezes imbricadas, com peso importante, os católicos e os monárquicos (Cruz 1987). Mas o seu papel na estruturação da elite governamental é menos nítido no caso português do que no caso espanhol, sendo que o ditador era menos condicionado pela necessidade de equilíbrio de «famílias» no interior do regime. As fontes consultadas não indicam grande preocupação com a manutenção de um equilíbrio, ou o predomínio voluntário de uma tendência em detrimento de outra, pelo menos ao nível governamental. A formação, a carreira profissional, a competência técnica, a lealdade ao presidente do Conselho, sobrepõem-se sempre a essa variável. Embora estas tendências tenham sido usadas para rotular as origens ideológicas de determinadas personalidades – mais ou menos integralistas ou monárquicas, por exemplo – a necessidade de criar um equilíbrio entre correntes políticas, como resposta a pressões a partir de baixo, não constituía um problema para o ditador.

Em tempos de crises, como no final da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, Salazar reforçou o seu governo pela lealdade e pela dedicação. Como notou Marcelo Caetano, quando nomeado para o cargo de ministro das Colónias, «ao formar o seu governo, Salazar não fez qualquer tentativa para promover o equilíbrio entre as várias forças ou representantes de certas correntes de opinião: o seu único objectivo era cercar-se de pessoas de confiança, as pessoas que tinham, no essencial, provado a sua dedicação ao regime e ao seu líder» (Caetano 1977, 253).

## Referências bibliográficas

- Ai Camp, R. 1995. *Political Recruitment across Two Centuries: Mexico, 1884-1991*. Austin, TX: University of Texas Press.
- Almeida, P. T. de, e A. C. Pinto. 2003. «Portuguese ministers, 1851-1999: social background and path to power». In *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*, eds. P. T. de Almeida, A. C. Pinto e N. Bermeo. Londres: Frank Cass, 5-40.
- Araújo, A. de. 2004. *A Lei de Salazar. Estudo sobre a Constituição Política de 1933*. Coimbra: Tenacitas.
- Araújo, A. de. 2005. «O Conselho Político Nacional nas origens da Constituição de 1933». In *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*. Vol. 2. Coimbra: Coimbra Editora.
- Armstrong, J. A. 1973. *The European Administrative Elite*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Barreto, A., e M. F. Mónica, eds. 2000-2002. *Dicionário de História de Portugal*. Vols. 7, 8, e 9. Porto: Figueirinhas.
- Base de dados ICS sobre a elite fascista*. 2009. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Caetano, M. 1977. *As Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo.
- Carvalho, R. A. 2001. «A elite parlamentar no pós-guerra (1945-1949)». *Penélope*, 24: 7-30.
- Carvalho, R. A. 2002. *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra, 1945-1949*. Porto: Afrontamento.
- Castilho, J. M. T. 2001. «A Assembleia Nacional, 1934-1974: esboço de caracterização». *Penélope*, 24: 65-84.
- Chorão, L. B. 2005. «Liberdade de imprensa: a censura prévia ao capitão Azevedo. Uma página de história da ditadura militar». *Revista do CEJ* 2.
- Cova, A., e A. C. Pinto. 2003. «Women and salazarism». In *Political and Historical Encyclopedia of Women*, ed. C. Fauré. Londres: Routledge, 397-405.
- Cruz, M. B. da. 1987. *Monárquicos e Republicanos sob o Estado Novo*. Lisboa: Dom Quixote.
- Cruz, M. B. da. 1988. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença.
- Cruz, M. B. da., ed. 2004. *Correspondência de Santos Costa, 1936-1982*. Lisboa: Verbo.
- Faria, T. 2001. *Debaixo de Fogo: Salazar e as Forças Armadas, 1933-41*. Lisboa: Cosmos.
- Fernandes, T. 2001. «A ala liberal da Assembleia Nacional (1969-1973): um perfil sociológico». *Penélope*, 24: 35-64.
- Kuin, S. 1993. «Mocidade Portuguesa nos anos 30: a instauração de uma organização paramilitar de juventude». *Análise Social*, 122: 555-588.
- Lewis, P. 2002. *Latin Fascist Elites: the Mussolini, Franco and Salazar Regimes*. Westport, CT: Praeger.
- Linz, J. J. 1976. «An authoritarian regime: Spain». In *Politics and Society in 20th-Century Spain*, ed. S. G. Payne. Nova Iorque: Franklin Watts, 160-207.
- Loff, M. 2005. «Ramirez, Sebastião Garcia». In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974*, vol. 2, eds. M. B. Cruz e A. C. Pinto. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, 418-420.
- Lucena, M. 2000. «Salazar». In *Dicionário de História de Portugal: suplemento*, vol. 9, eds. A. Barreto e M. F. Mónica. Porto: Figueirinhas, 283-368.

- Martins, H. 1998. *Classe, Status e Poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Matos, L. S. de. 1999. *Um Estado de Ordens Contemporâneo: a Organização Política Portuguesa*. Vol. 1. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Meneses, F. R. 2010. *Salazar*. Lisboa: D. Quixote.
- Nogueira, F. 1977. *Salazar*. Vol. 2. Coimbra: Atlântida.
- Nogueira, F. 1978. *Salazar*. Vol. 3. Coimbra: Atlântida.
- Oliveira, P. A. 2000. *Armindo Monteiro: Uma Biografia Política*. Lisboa: Bertrand.
- Patriarca, F. 2006. «Diário de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar. Apresentação». *Análise Social*, 178: 169-188.
- Pinto, A. C. 1995. *Salazar's Dictatorship and European Fascism: Problems of Interpretation*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Pinto, A. C. 2000. *The Blue Shirts: Portuguese Fascism and the New State*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Pinto, A. C. 2001. «Salazar's ministerial elite: 1933-44». *Portuguese Journal of Social Science*, 3 (2): 103-113.
- Pinto, A. C. 2002. «Elites, single-parties and political decision-making in fascist-era dictatorships». *Contemporary European History*, 11 (3): 429-454.
- Pinto, A. C., ed. 2011. *Rethinking the Nature of Fascism*. Londres: Palgrave.
- Pinto, A. C., R. Eatwell e S. U. Larsen, eds. 2006. *Charisma and Fascism in Inter-War Europe*. Londres: Routledge.
- Rodrigues, L. N. 1996. *A Legião Portuguesa: a Milícia do Estado Novo, 1936-1944*. Lisboa: Estampa.
- Schmitter, P. C. 1999. *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Suleiman, E. N. 1978. *Elites in French Society: the Politics of Survival*. Princeton, NJ: Princeton University Press.